

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Após as graves denúncias dos sócios da JBS que abalaram o governo golpista, Temer permanece no cargo sobre forte pressão. Esta sessão trata das respostas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF) aos processos contra o governo, os avanços das reformas no Legislativo e o reflexo desse momento na opinião pública.

Temer sob denúncia

O período foi marcado pelo julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no último dia 9 de junho. O resultado foi a absolvição da chapa Dilma-Temer, eleita em 2014, por quatro votos a favor e três contra. As constantes intervenções e eventuais polêmicas causadas pelo ministro Gilmar Mendes, durante a leitura do relatório pelo ministro Hermam Benjamin, favorável à cassação, tiveram clara intenção de influenciar o voto dos demais ministros. Muito embora tivesse como certo o voto de Napoleão Nunes Maia e Tarcísio Vieira, indicados por Temer, a favor da absolvição, e o de Admar Gonzaga, que advogou para Dilma na campanha de 2010 e foi indicado por ela, foi o voto de Gilmar que, ao final, desempatou o julgamento.

O PSDB propôs a ação, segundo Aécio Neves “apenas para encher o saco”, e saiu derrotado do julgamento, mas, segundo o presidente interino do PSDB, Tasso Jereissati, a legenda deve recorrer da decisão do TSE depois de publicado o acórdão, por estarem convictos de que houve corrupção e uso indevido de dinheiro público nas eleições de 2014.

A não cassação de Michel Temer gerou impasse quanto à saída do PSDB da base do governo, e a decisão da executiva, no último dia 12, foi pela permanência, ainda que dividido, tanto para não desestabilizar ainda mais o governo e manter seu compromisso com as reformas quanto pela tenta-

tiva de salvar o mandato do senador Aécio Neves, cujo pedido de prisão apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) começa a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 20. Caso acolhido pela Corte, será aprovado pelo Senado se 41 dos 81 senadores avalizarem a decisão. Além disso, interessa ao PSDB apoios do PMDB e do DEM para futura candidatura às eleições presidenciais em 2018.

Para a ex-presidenta Dilma, o resultado do julgamento do TSE comprova que o impeachment foi um golpe para tirá-la a qualquer custo do poder e Temer ganhou sobrevivência, mas esse era apenas um dos problemas que o ameaçavam. O ponto nevrálgico para o governo agora é o teor da denúncia formal que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve apresentar contra Temer e seu assessor Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), pego com uma mala contendo quinhentos mil reais.

No dia 16 de junho, Joesley Batista disse à revista *Época* que Temer lidera “a maior e mais perigosa organização criminosa” do país, em atuação coordenada com o ex-deputado Eduardo Cunha, preso desde fevereiro, pela Operação Lava Jato. Segundo Batista, Temer e aliados negociavam para manter que Cunha não fizesse acordo de delação premiada com a Lava Jato e que quem cuidava disso pessoalmente era o então ministro da Secretaria Geral do Governo, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), que caiu

no ano passado, após ser acusado de pressionar o então ministro da Cultura, Marcelo Calero, a liberar uma obra de seu interesse em Salvador.

Na reportagem da revista *Época*, Joesley Batista declara que “Temer é o chefe da Orccrim (organização criminosa) da Câmara. Temer, Eduardo (Cunha), Geddel (Vieira Lima), Henrique (Alves), (Eliseu) Padilha e Moreira (Franco). É o grupo deles. Quem não está preso está hoje no Planalto”. Nos depoimentos anteriores de Batista, os ministros do Supremo, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, também foram mencionados, algo preocupante, uma vez que cabe ao STF julgar os processos da Lava Jato que envolvem pessoas com foro privilegiado, inclusive Michel Temer.

O material da delação de Batista será usado por Janot na denúncia contra Temer, prevista até o dia 26 de junho, quando o procurador-geral deve remeter o pedido de abertura de processo ao Supremo Tribunal Federal (STF). O relatório preliminar de investigação da Polícia Federal concluiu que houve corrupção em caso de Temer e Loures, mas pediu mais cinco dias para finalizar as investigações e entregar o relatório de perícia sobre as gravações e dar o parecer definitivo. Após a conclusão, a expectativa é que Temer e Loures sejam denunciados pela PGR até o fim de junho. O processo não deve se estender, pois o mandato de Janot termina em setembro.

Segundo o artigo 217 da Constituição, quando a PGR apresentar a denúncia, caberá ao ministro Fachin notificar o presidente e pedir resposta no prazo de quinze dias. O documento será encaminhado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que deverá leva-lo para análise e votação dos 66 membros da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), dominada por aliados de Temer. Independentemente da aceitação da denúncia pela CCJ, será submetida à votação nominal no plenário da Câmara, onde dois terços dos deputados (342 votos) têm de aceitar o pedido para que o processo avance e Temer se torne réu, seja afastado e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, assumirá interinamente o cargo. Para barrar o andamento do processo, Temer precisa de 172 votos ou ausências na votação do plenário.

Até o dia 15, antes da entrevista de Joesley à *Época*, o governo contava com uma base aliada superior a

trezentos deputados. Nas últimas votações de medidas provisórias no plenário, o governo obteve entre 260 e 280 votos a seu favor. No entanto, a composição da base aliada tende a cair, já que o próprio PSDB pode desembarcar a qualquer momento e liberou o voto de seus parlamentares nessa questão.

No dia 19, antes de embarcar em viagem oficial para a Rússia, Michel Temer se reuniu com o advogado do PMDB, Renato Oliveira Ramos, e entrou com dois processos na Justiça contra o empresário Joesley Batista, um por danos morais e outro por difamação, calúnia e injúria. Temer também gravou e divulgou nas redes sociais vídeo no qual afirmou que os criminosos não ficarão impunes

Aliados de Michel Temer montaram um dossiê jurídico que pede a anulação da delação dos irmãos Batista e questiona o acordo firmado com o Ministério Público Federal (MPF) e a JBS que mantém os irmãos Batista livres e impunes. Até o dia 20 de junho, o STF ainda não havia decidido se o acordo de delação dos executivos da JBS poderia ou não ser revisto.

Em paralelo a isso, já chega a dezenove o número de processos de pedidos de impeachment contra Temer, protocolados na Câmara. O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) vai entrar no STF com um mandado de segurança para tentar obrigar o presidente da Câmara a decidir sobre os pedidos de impeachment, que estão há cerca de um mês em sua mesa.

Legislativo

No Legislativo, segue a agenda do governo golpista de retirada de direitos. A Reforma Trabalhista, por exemplo, tramita no Senado Federal. Após ser discutido no dia 6 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei seguiu para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Após ser discutida na CAS, a matéria passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser levada ao plenário da Casa. A previsão é que a apreciação final seja feita ainda este mês. Já a Reforma da Previdência está pronta para votação no plenário da Câmara dos Deputados. No entanto, por não ter os 308 votos necessários para aprovar a PEC, o trâmite está paralisado, pois não interessa ao governo colocá-la em votação.

Continuando o trabalho realizado no boletim anterior, serão analisadas as principais Medidas Provisórias editadas pelo governo e que estão em tramitação no Congresso. No boletim passado foram tratadas as medidas provisórias aprovadas até então. Neste, o foco são outras três que passaram no Congresso Nacional, além das principais que ainda estão em tramitação.

Entre as MPs aprovadas nesse mês, destacam-se as MPs 756 e 758, de 2016, que redesenharam e alteraram limites de áreas de preservação ambiental, parques e florestas nacionais nos estados do Pará e Santa Catarina. Motivadas por interesses de ruralistas, ambas as MPs tiveram trechos vetados após pressões de ambientalistas e do próprio Ministério do Meio Ambiente, pois facilitava a ocupação ilegal de terras em áreas de preservação ambiental. Outra medida aprovada foi a MP 759/2016, que altera diversas leis que tratam da regularização fundiária rural e urbana, também atendendo a interesses do agronegócio. O conteúdo da MP revoga e altera diversas leis, incluindo a lei do registro fundiário e a lei do Programa Minha Casa Minha Vida.

Algumas das principais medidas provisórias em tramitação no Congresso Nacional dispõem de negociações e perdões de dívidas do setor privado e de entes federativos com a União. As MPs 766/2017, 780/2017 e 783/2017, por exemplo, instituem o Programa de Regularização Tributária, conhecido como Refis, para negociar débitos tributários com a União, e, no caso da segunda, débitos não-tributários com autarquias e fundações públicas federais. Outra MP, a 778/2017, permite a renegociação de dívidas previdenciárias de estados e municípios com a União, para que ela abra mão de trinta bilhões de reais.

Outras MPs que tramitam são a 774/2017, que revoga a desoneração da folha de pagamento de empresas de diversos setores, e a 777/2017, que institui novas taxas para financiamentos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e altera recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Já a MP 782/2017, substituiu a 768/2017, que havia perdido eficácia, e dá status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República, garantindo o foro privilegiado do ministro Moreira Franco, acusado de ser um dos responsáveis

pela cobrança de propina para o PMDB. A última MP editada por Temer até o fechamento desse boletim, a 784/2017, permite que o Banco Central firme acordos de leniência com instituições financeiras.

Temer é o presidente mais impopular da história

A avaliação positiva de Michel Temer não ultrapassa 3%, segundo a última pesquisa Vox-Populi, realizada entre os dias 2 e 4 de junho. Temer é o presidente mais impopular que o país já teve. A mesma pesquisa indica que 85% dos brasileiros queriam que o TSE cassasse Temer e apenas 8% eram contrários à cassação.

A grande maioria dos brasileiros (89%) quer eleições diretas para eleger um novo presidente de forma democrática e, se a eleição fosse hoje, Lula venceria. Em resposta espontânea, sem que seja citado o nome de qualquer candidato, Lula teria 40% das intenções de voto. Em qualquer cenário de adversários proposto, Lula teria em torno de 45%, mais que a soma de seus adversários (entre 28% e 30%) e, portanto, venceria no primeiro turno.

Interessante que em um período marcado por notícias tão importantes na política, como a cassação da chapa Dilma-Temer, as denúncias de corrupção de Temer, o pedido de prisão de Aécio, entre outras, os mais importantes institutos de pesquisa do país, o Ibope, que alimenta matérias da Rede Globo, e o Datafolha, da *Folha de São Paulo*, não tenham realizado nenhuma sondagem para ouvir a opinião pública.

Mas, ainda que a grande mídia não queira dar ouvidos, as manifestações Fora Temer e por Diretas Já se multiplicam nas ruas, de maneira descentralizada. Organizada por artistas e representantes de movimentos da cultura, reuniram milhares de pessoas no Rio de Janeiro, em 27 de maio. Em São Paulo, o mesmo aconteceu no Largo da Batata, em 4 de junho, e, no dia 11 de junho, foi a vez de Salvador, Recife, Porto Alegre e São Paulo. A capital paulista reuniu milhares de pessoas em um ato de mulheres.

As centrais sindicais CUT, UGT, Nova Central, CTB e Força Sindical devem se manter em alerta entre os dias 20 e 30 de junho, em razão da ameaça de a Reforma Trabalhista entrar em votação no plenário do Senado e propõem nova greve geral para o próximo dia 30 de junho.